

ALDEAMENTO COLONIAL E ALDEIA GLOBAL: UMA DISCUSSÃO SOBRE ESPAÇO E PODER EM SÃO PAULO (BR)

Paulo Cesar Xavier Pereira
Universidade de São Paulo

Aldeamento colonial e aldeia global: uma discussão sobre espaço e poder em São Paulo (BR) (Resumo)

Este artigo objetiva contrapor dois momentos da cidade de São Paulo: o inicial da fundação do núcleo urbano como um espaço controlado, e o atual, de urbanização global da metrópole como um espaço de controle. Trata-se de observar a metamorfose do controle nesses momentos como parte das estratégias do espaço e do poder submetidas à globalização. A hipótese é que a metamorfose do controle do espaço e das pessoas, desde o assentamento colonial avança com a urbanização do cotidiano em função do capital. O resultado foi verificar que os problemas do controle associam-se às articulações entre o local e o global.

Palavras-chaves: colonização, mundialização, sociedade de controle, metrópole.

Colonial village and global village: a discussion on space and power in São Paulo (BR) (Abstract)

This article aims to examine two moments of São Paulo: the initial foundation of the urban core as a controlled space, and the current moment of global urbanization of the metropolis as a space control. It is these moments of the metamorphosis of control at these moments as part of the strategies of space and power submitted to the globalization. The hypothesis is that the metamorphosis of space control and the people, since colonial settlement progress with the urbanization of everyday life due to service of the capital. The result was the verification that the control problems are associated with the liaisons between the local and the global.

Keywords: colonization, globalization, control society, metropolis

Começamos a discussão da trajetória da metamorfose do controle do espaço do aldeamento colonial à Aldeia Global pelo contemporâneo, quando a mundialização do capital já está consolidada como processo globalizado, mas tendo como foco o controle do espaço ao nível da ordem próxima. A consideração inicial é de que o espaço é indissociável de toda atividade humana, mas que apesar desta importância para a vida social ele não tem merecido a atenção prática e teórica necessária à compreensão de suas implicações. Assim, o ponto de partida destaca a hipótese de que a gravidade dos problemas e a importância da informação nas aglomerações, mais do que evidências da injustiça e da desigualdade socioespacial urbana e entre as cidades, tornaram relevante o controle do espaço. Tanto que, atualmente, o espaço tem se destacado mais como elemento de riqueza do que meio tradicional e condição imprescindível para a produção da vida. A consequência dessa distorção é o agravamento dos problemas socioespaciais associa-se à consolidação do (novo) espaço metropolitano e se reitera na dissolução do (velho) espaço urbano como causa, o resultando é a metamorfose das articulações entre espaço e poder por meio do novo, a relevância da informação.

Embora a existência dessas articulações seja persistente, os fatores históricos de sua evidência e compreensão revelam dificuldades epistemológicas para a formulação do espaço como problema e para o conhecimento de sua relação com o poder: o controle e a instrumentalização funcional do espaço na sua dimensão local e global continuam sendo segmentadas e pouco aprofundadas. Talvez, essas articulações padeçam de um histórico processo de obscurecimento e os problemas da relação entre espaço e poder revelem imposições de condutas e políticas de controle que sobrevivem e insurgem contra a democracia e isso explicaria porque a consideração desse tema seja apenas eventual e quase sempre segmentada ou parcial. Assim, se entende porque tem ficado num segundo plano a discussão do espaço ibero-americano que se estabeleceu desde o início como controle (interno e externo da periferia) e espoliação colonial de riquezas e cultura como mecanismo de acumulação primitiva. Foi nesse quadro dessa acumulação originária do capitalismo que a formação de um espaço europeu nas Américas prematuramente se organiza como espaço de controle e se constitui numa categoria que se antecipa e hoje emerge como conceito plenamente desenvolvido.

È reconhecido que na cidade de São Paulo (BR), desde os primeiros assentamentos coloniais no planalto dando origem à vila, aos aldeamentos paulistas e depois as reformas urbanas modelando uma cidade como as europeias até a construção da metrópole moderna americanizada até a consolidação do espaço metropolitano contemporâneo, se pode observar que na trajetória do “processo de colonização há uma contínua atualização das categorias em relação a um conceito que se antecipa¹”. A reiteração continua dessa categoria encontra sua atualização e trajetória ao ter como referência exemplar a longa história da cidade de São Paulo, porém o presente artigo se propõe a contrapor momentos dessa categorização história: o período inicial e o contexto atual. A contraposição desses momentos históricos busca por o foco de discussão na tensão lógica entre a interpretação econômica da produção e a imposição de condutas pelo controle do espaço e das pessoas em perspectiva crítica e dialética. Na primeira parte, busca-se caracterizar o controle do espaço na Colônia, seguindo com sua caracterização no momento da mundialização ou ápice da globalização para, em seguida, no terceiro item desta exposição contrapor o colonial ao controle do espaço da cidade informacional na globalização. Em sequência, destaca-se a conexão e

¹ Alfredo, 2004, p. 149.

contraposição entre esses dois momentos: indaga-se como se vela e revela a tensão de processos sociais (de momentos determinantes) o de fim e de início de épocas históricas, cuja distinção, permanência e (des)continuidades, indicam a constituição da época da disciplina dos corpos (de trabalhadores) e a passagem para a constituição da época do controle (da população).

Mas, o que dizer do significado dos processos que conectariam esses dois momentos? Entendemos que nesse processo histórico o espaço foi controlado e continuamente apropriado como produto, condição e meio da reprodução do capital, que em sua expansão se impunha dominando as pessoas e as coisas. Trata-se de uma metamorfose do controle do espaço em que o que era visto apenas como natureza a ser conquistada subordina-se a uma acumulação interminável, materializa-se e se transforma funcionando como um espaço de controle socialmente consentido por disciplinas corpo e biopoder. De maneira que se não bastasse a importância geopolítica inicial de invasão, conquista e fundação de um núcleo urbano distante do litoral, bastaria lembrar que São Paulo tornou-se uma das maiores aglomerações do hemisfério Sul e que revela neste movimento uma dinâmica socioespacial mesclada à metamorfose dos mecanismos de controle que cabe aprofundar, mesmo que nos limites deste artigo, pela ótica suscitada pelo XIII Simpósio Geocrítica propondo como tema geral o controle do espaço e os espaços de controle.

Aldeamento colonial como controle do espaço

Inicialmente, todas as vilas e cidades na América Portuguesa, estavam localizadas no litoral, pois o controle estabelecido pelos portugueses, ainda, evitava adentrar no interior das terras descobertas e chegando inclusive a punir aqueles aventureiros que buscavam locais distantes no sertão. Diferentemente dos espanhóis na América, os portugueses contentavam-se com “arranhar as terras ao longo do mar feito caranguejos”, limitando-se a permanecer e defender o espaço ocupado da faixa litorânea.

Foi assim que Portugal, após as primeiras décadas com expedições de defesa e viagens de conhecimento, instituiu o sistema das Capitânicas Hereditárias, dividiu a terra a ser explorada em grandes lotes e as distribuiu entre os nobres portugueses que se comprometiam a ocupa-las e produzir mercadorias que compensassem o custo da colonização. Todavia essa política de colonizadora revelou-se um empreendimento comercial difícil, que pouco mudou a ocupação das terras e a defesa da Colônia, tanto que foram poucos os empreendimentos que tiveram sucesso e em menos de duas décadas foi necessário instalar o Governo Geral. Apesar das adversidades, a curta experiência criou uma situação completamente nova e diferente pelos conflitos que gerou e trouxe a necessidade de controlar as pessoas e o espaço, os indígenas e suas terras:

“Dada a intenção da maioria dos capitães de estabelecer plantações de cana-de-açúcar, os direitos dos índios à terra foram inevitavelmente infringidos. [...] Mais importante, o plantio do açúcar e a instalação dos engenhos exigiam uma grande força de trabalho, crescentemente maior do que os colonos tinham

condição de suprir, mesmo que tivessem querido fazê-lo, o que não foi o caso. A única alternativa, portanto, era o trabalho índio.²

Em 1549, o primeiro Governador Geral vinha reestabelecer a autoridade metropolitana em nada pretendia negar as conquistas dos donatários, mas assegurar as vantagens da Coroa que não estava sendo devidamente prestigiada. Do ponto de vista português, até porque eles ainda como “caranguejos” permaneciam ocupando quase que somente a faixa do litoral, as tendências migratórias dos indígenas obscureciam o conflito que o aumento das plantações coloniais gerava como desrespeito ao índio no uso do vasto território. Como a expansão das plantações portuguesas violava a territorialidade das comunidades indígenas, as colaborações entre europeus e populações locais foram limitadas, contribuindo para intensificar os conflitos ou o deslocamento destas para o Planalto.

Essa colaboração encontrava limites também em razão do trabalho necessário para o empreendimento açucareiro. Manter uma plantação era atividade desconhecida do indígena e estava fora do horizonte de sua cultura. Logo ficou claro havia visões contrastantes e o conflito entre o colono e o indígena se tornava constante podendo chegar às raias da violência.

Desse quadro de conflitos entre o europeu e o indígena aparentemente destoa o papel exercido pelos jesuítas, inclusive porque significava outras complicações para os objetivos do colono. Porém, nem sempre houve problemas para o projeto de colonização da Coroa, que de maneira ambivalente se utilizou tanto da Cruz como da Espada para impor sua conduta e fazer prevalecer seus interesses. Note-se, que no planalto paulista os jesuítas foram os mais significativos, “marcando com sua presença os primeiros tempos de tomada e organização do espaço³” Tanto que a fundação Colégio de São Paulo (1554), realizada pelos jesuítas, dará origem ao primeiro assentamento colonial português no interior do continente. O assentamento desse núcleo, entre as águas piscosas do Tamanduatey e do Anhangabaú, distante do mar cerca de 100 quilômetros, expressava ainda nos meados do primeiro século, uma nova fase na colonização portuguesa tendo em vista o controle do espaço e a formação do território que irá constituir o Brasil. A instalação desse núcleo colonial era de início uma maneira de controlar os campos de Piratininga e os índios que estavam no Planalto, mas também significou avanço com relação a ocupação da faixa litorânea, aproximação e ultrapassagem dos limites estabelecidos pela linha imaginária definida pelo Tratado de Tordesilhas (1494), que dividia as terras entre Portugal e Espanha.

Esse Tratado é um dos mais importantes documentos que retrata uma divisão do mundo sob a chancela do Poder Papal, onde os territórios recém descobertos e que novas passaria a pertencer ao reino português e ao espanhol. A América do Norte e a Central pertenceriam a Espanha, mas na América do Sul um meridiano estabelecido a partir de 370 léguas das Ilhas do Açores e o território que hoje faz parte do Brasil, na sua parte leste pertenceria a Portugal e a Oeste a Espanha. Foi com o objetivo de garantir esses acordos que se buscou realizar o primeiro assentamento distante do litoral, adentrando o território no extremo sul, onde a linha, apesar de não muito distante do litoral, impedia avanços no interior e defendia terras pertencentes a Portugal.

² Bethel, 1997, p. 258

³ Petrone, 1995, p. 53.

Ainda que oficialmente tudo tivesse começado com os jesuítas construindo o colégio de São Paulo para a catequese dos índios do Planalto de Piratininga, ocupando o alto de uma colina protegida pela altura, rios e o horizonte de vigilância, esta era reconhecidamente a posição mais favorável para o controle do espaço e defesa de eventuais ataques de indígenas. Por isso, cabe lembrar que, em 1553, um português de nome João Ramalho havia criado o núcleo de Santo André e disputava com os jesuítas o controle dos indígenas, que com ele conviviam num local menos protegido.

Essa diferença de posição dos núcleos no controle do espaço acabou sendo decisiva para o futuro de ambas, tanto que em 1560, quando os dois estavam ameaçados acabou se decidindo por concentrar forças de resistência no núcleo de São Paulo. Naquele momento o ataque dos índios carijós era eminente e esses estavam aliados com franceses que também queriam ampliar o controle do espaço que já ocupavam na Baía de Guanabara e para isso forjavam alianças contra os portugueses. A frequência dessas circunstâncias de grave ameaça significavam dificuldades permanentes para a ocupação do território. A administração do governo-geral, representando o poder real na Colônia, propôs concentrar as forças portuguesas ordenando a transferência de toda a população de Santo André para o núcleo de São Paulo de Piratininga, em razão de a área proporcionar maior segurança e estabilidade. Nesse mesma ordem, o Governador alçou o núcleo criado pelos jesuítas à categoria de Vila de São Paulo de Piratininga. Assim, além do colégio jesuítico, instalou-se nesse povoado um aparelho administrativo mais sofisticado que o consagrava como espaço de controle, pois nessa categoria urbana passa a ser uma representação do poder metropolitano português contando com as significativas instituições de controle representadas nas vilas coloniais pela existência do pelourinho e da Casa da Câmara e Cadeia.

As construções do pelourinho, Casa da Câmara e Cadeia materializam na vila o espaço de poder do Reino e o seu controle sobre os assentamentos que se institucionalizavam na estrutura do poder colonial. Estas instituições distinguiram-se pelas atividades: a igreja ocupava-se da prática religiosa, a câmara atuava nas esferas administrativas, legislativas e judiciais, enquanto a cadeia destinava-se a punição e impor o poder de força sobre o homem livre tal como o pelourinho se destinava aos homens escravizados.

A decisão pela Vila de São Paulo de Piratininga favorecia os jesuítas que, desde sempre, manifestaram a interesse de uma aproximação pacificadora com os índios por meio da catequese. Assim, eles tinham justificado a criação do colégio de São Paulo e a sua permanência no planalto num ponto bastante próximo e de onde poderiam controlar o movimento das tribos. Almejavam catequizar nativos em condições de serem convertidos, ao mesmo tempo em que se mostrava eficiente estratégico criar um povoado próspero que congregasse aqueles que fossem “bons cristãos”. Manuel da Nóbrega (1517-1570) relata em suas cartas que a decisão de se fixar em São Paulo Piratininga se justificava pela “terra mais aparelhada para a conversão do gentio que nenhuma das outras, porque nunca tiveram guerra com os cristãos”. Pode-se considerar que foi a combinação dessas condições favoráveis reunidas nesse espaço que decidiram

“a fundação do Colégio no planalto e não na baixada. Por outro lado, a presença de uma relativamente numerosa população indígena permitiu que o povoador europeu encarasse a área como viveiro de mão-

de-obra, o que explica a presença no planalto, desde logo, de portugueses dedicados ao tráfico de escravos indígenas.⁴”

Apesar das dificuldades da subida da serra, as terras de Piratininga ofereciam condições de fertilidade, com rios piscosos que atraíam os índios que as denominavam, em sua língua, como o “lugar onde seca o peixe”. Tanto que São Paulo de Piratininga era assim denominado porque próximo ao núcleo os peixes depois das cheias dos rios morriam e secavam em suas várzeas. Essas várzeas se tornavam uma dádiva porque os peixes empoçados podiam ser apanhados até mesmo com as mãos. Cabe ressaltar que a decisão da construção do colégio se desdobrou em um espaço extremamente significativo para a memória de sua antiga posição sendo hoje um:

“Forte símbolo, o atual Pátio do Colégio, várias vezes reconstruído no mesmo outeiro da fundação – tendo-se lá construído e depois demolido os edifícios que abrigavam a sede do governo provincial -, ainda mantém hoje, em sua singeleza e austeridade, a memória da razão de ser da fundação da cidade de São Paulo, revelando o ‘espírito do lugar’.⁵”

Esse espaço fazia parte de um fluxo de tráfico que envolvia, também, espanhóis e precisava ser coibido. Estaria aí a razão para o apoio a fundação do colégio, à transferência do pelourinho, já em 1560, com a elevação do povoado a Vila de Piratininga de São Paulo respondendo a necessidade de instituir um espaço de controle para o controle do espaço e das pessoas que ali viviam. A criação dos aldeamentos indígenas foi um espaço que também reforçava essa interpretação porque não se dissociava desses conflitos entre colonos e jesuítas pela mão-de-obra indígena dentro do projeto metropolitano português, que precisava de braços para o trabalho compulsório e, cada vez mais, de terras disponíveis para a viabilização dos seus empreendimentos comerciais. O aldeamento atraía e disciplinava o indígena para o trabalho e, simultaneamente, destribalizava as suas terras criando disponibilidade de ambos os elementos ao controlar as pessoas e o espaço, que passavam a ser disciplinados e organizados para a produção.

A necessidade de controle do espaço é perfeitamente materializada nos aldeamentos paulistas, conforme os denominou Petrone (1995), porque especificam a conquista colonial desse espaço e o seu uso para impor a conduta corporal e pessoal que interessa para o trabalho de produção de riquezas necessárias para viabilizar o projeto colonizador. Mas, vai além porque intuiu uma disciplina mais ampla ao constituir hábitos, pensamentos e linguagem também de acordo com esse projeto. Não é preciso nesse contexto ressaltar a importância da língua e as dificuldades que houveram para estabelecer o domínio português na arquitetura e na linguagem. É conhecido que o uso da “taipa como técnica construtiva permaneceu em São Paulo por quase todo o período colonial, marcando todas as construções, enquanto que em outras regiões se faziam se faziam experiências com outros materiais e sistemas construtivos.⁶” Aconteceu dificuldade semelhante com o idioma falado, sendo no entanto menos conhecido que “até o século XVIII, o tupi sobrepunha o português, tanto é verdade que, no primeiro

⁴ Petrone, 1969, p. 5.

⁵ Wilhelm, 2011, p. 32.

⁶ Pereira, 1988, p. 34.

quartel desse século, consoante a afirmação dos entendidos, o tupi era três vezes mais usado que o português.⁷”

Mas, é preciso ressaltar que a partir dos aldeamentos essas dificuldades eram enfrentadas, e com a instituição do espaço de controle criaram-se as condições para a produção da riqueza que viabilizasse o empreendimento colonial do ponto de vista da necessidade de trabalho e de terras. A catequese do indígena nos aldeamentos provoca a destribalização das terras e possibilita a sua demarcação pelos colonos favorecendo o controle do espaço e a ocupação produtiva do planalto. Trata-se, nas palavras do geógrafo Alfredo (2004) da passagem para uma sociedade colonial cuja centralidade é a contradição agrária-urbana indo além do enfrentamento da questão indígena como se colocava na fase inicial da conquista. Por isso, esse espaço de controle, o aldeamento, se mostra decisivo para compreender a constituição de *habitus* necessários ao comportamento disciplinar dos indígenas na ordem próxima e, também, para na ordem distante do ponto de vista do pesquisa tornar possível “compreender a totalidade colonial, isto é, colônia com o sentido de relação metrópole-colônia, como um longo processo de formação.⁸”

Estava posto, portanto a formação de uma unidade metrópole-colônia controlada e repostada pela movimentação do dinheiro, que nos empreendimentos mercantis de alcance mundial já assumia ares de capital, e subordinava a sociedade colonial aos seus desígnios. Havia um controle da Metrópole que significava inserção em comunidades tribais e nos modos de vida que se constituíam como relações comerciais coloniais, ou seja, para apropriação externa, mas com expansão interna do capital. Paradoxalmente, essa subtração-aditiva implica em expansão capitalista, mas não implica em criação de relações capitalistas, mas se constituía necessariamente, como tal, em condições da reprodução do capital. Através dos saques, imposição do trabalho compulsório em meio a uma economia agrária incipiente a Vila de Piratininga sobreviveu, quase cerca de três séculos, dependente dessa agricultura de subsistência e de expedições militares com finalidade de aprisionamento de indígenas e com isso avançando sobre o espaço de domínio dos espanhóis para ampliar o controle da Metrópole portuguesa, estabelecido por inicialmente por Tordesilhas, mas seguido por inúmeros tratados ratificadores e retificadores.

Nesse sentido é que os espaços dos aldeamentos se colocam com função produtiva de acumulação e de imposição de condutas no controle de pessoas e de espaço. Eles materializam pela constituição do urbano-agrário-colonial, na ordem distante, a fronteira periférica do movimento metropolitano de constituição do capitalismo no Centro. Mas, na ordem próxima, mais imediatista é a instrumentalização deles para apropriar e demarcar as terras “destribalizadas” pela conseqüente “administração” do indígena, como trabalhador. Trata-se, como discutiremos adiante, no próximo item, de uma manifestação da acumulação originária (ou primitiva) e, portanto, de passo decisivo para a constituição de relações capitalistas e do próprio capitalismo nas colônias como controle do espaço-tempo da pessoa dos indígenas reduzidos no aldeamento.

⁷ Melo, 1975, p. 41.

⁸ Alfredo, 2004, p. 17.

Assim, os elementos do controle do espaço e dos espaços de controle se apresentam, em meados do século XVI, desde a instalação de São Paulo próximo da fronteira das metrópoles ibéricas sul-americanas. Mas, além dessa importância geopolítica inicial da instalação dessa Vila, como representação do poder da metrópole portuguesa materializado no espaço, é preciso relevar que esses elementos atualizam-se constantemente a ponto de fazer deste pequeno núcleo urbano um importante aglomerado industrial e financeiro sendo relevante diagnosticar a situação atual desse processo.

Aldeia Global como espaço de controle

A denominação “aldeia global” é uma expressão dos anos 1960 difundida por Marshal McLuhan para indicar a importância das tecnologias de comunicação suas implicações na relação espaço e tempo com desdobramentos profundos nos quadros sociais e mentais de referência habituais. Em suas inúmeras obras relaciona o impacto dessas técnicas de alcance planetário com a transformação social e constituição de um momento singular. McLuhan numa antecipação revolucionária para a época teria visto

”a tecnologia como uma extensão do corpo. Da mesma forma que a roda é uma extensão do pé, o telescópio uma extensão do olho, assim a rede de comunicações espalhou-se pelo mundo, assim ocorreu com a nossa rede neural. A televisão tornou-se os nossos olhos, o telefone a nossa boca e ouvidos. Nossos cérebros são elos de um sistema nervoso que se estende através do mundo todo.”⁹

Trata-se de uma metáfora que se tornou realidade. Por isso, mesmo o alcance dessas mudanças técnicas não se limita a uma área de conhecimento tanto que a imagem premonitória foi utilizada por pesquisadores de outra formação em diferentes contextos incluindo o conhecido geógrafo Aziz Ab’Saber se referindo a São Paulo e o sociólogo Otavio Ianni discutindo a globalização. A perspectiva deste último autor enfatiza que: “[a] noção de aldeia global é bem uma expressão da globalidade das ideias, padrões e valores socioculturais, imaginários.”¹⁰

Em sua visão o sociólogo ressalta que na constituição da modernidade-mundo a cultura entendida como cultura de massas resulta de uma verdadeira fábrica-global de representações, que continuamente espalha-se por todos os espaços controlando a vida e o vivo, das objetividades da sobrevivência biológica às subjetividades da memória e sensibilidade humana. Assim, Ianni (1997) discute como o mundo globalizado passa a se caracterizar por uma espécie de “revolução” da sociabilidade com alcance planetário, que envolve forças produtivas novas, mudança as mais variadas em que as relações e os valores sociais redefinem a terra como um fato histórico e não apenas como um fenômeno astronômico. Tornou-se indiferente se o planeta-terra é um espaço plano ou espaço esférico, metaforicamente e na prática o espaço configurado pela “Aldeia global” sugere que, afinal, formou-se a comunidade mundial, concretizada com as realizações e as possibilidades de comunicação, informação e fabulação abertas pela eletrônica.¹¹ Num certo sentido a força dessa imagem expressa formas de controle, dominação e apropriação do espaço e de pessoas no contexto de uma modernidade-mundo, diferentes daquela de uma modernidade-nação. “Na aldeia global, além das

⁹ Wooley, B. *Virtual Worlds*. Londres, 1992, apud Ianni, 1997, p. 123.

¹⁰ Ianni, 1997, p.119.

¹¹ Ianni, 1997, p. 16.

mercadorias convencionais, sob formas antigas e atuais, empacotam-se e vendem as informações.” (idem) Nesse sentido seria como se o controle na comunidade mundial envolvesse os “cérebros [nos] elos de um sistema nervoso que se estende através do mundo todo” e assim estaríamos por meio dessas novas tecnologias dominados por um (novo) sujeito (global). Seria tanto um novo objeto das ciências sociais, como um novo paradigma para pensar o momento atual.

Assim, a contribuição de MacLuhan ao propor ênfase na tecnologia da informação, nos anos 1960, abre como se fosse a “senha para uma abordagem científica no estudo da e para a intervenção tecnocrática na sociedade, passando a articular as próprias estruturas da reflexão sociológica.¹²” Mesmo urbanistas como o sociólogo como Castells reconhecem que a força da Internet avança em todos os domínios da vida social e os transforma criando com seu impacto novas formas de organização espacial e gestão da cidade¹³.

Dessa difusão com abrangência mundial emerge uma nova configuração urbana mundial por ele denominada de “sociedade em rede” que estaria em gestação em todo planeta. Por isso, mesmo que suas análises relativize a influencia dessa tecnologia na sociedade o rumo da discussão que desenvolve revela os laços profundos entre o social e o técnico na contemporaneidade. Por esses resultados e observação sobre as recentes transformações do capitalismo se fala que a atual mudança significa a passagem do padrão industrial para o padrão informacional: uma vida globalizada e centrada no desenvolvimento do uso da informação. Por isso, o desafio da desterritorialização já que “a cidade informacional não é uma forma, mas um processo¹⁴” mas convive com a continuidade de fronteiras historicamente institucionalizadas. Nesse caso começam a apresentar um padrão territorial mais complexo e sofrer tensões para sua superação. Da mesma maneira as relações de propriedade a ser substituídas por controles de acesso com base tecnológica, mesmo as baseadas na produção industrial tendem a ser fundada no uso da ciência em função do capital. Por isso, estaríamos também frente a novas condições de controle do espaço e das pessoas onde há a emergência de um novo principio social em que a circulação e acúmulo da informação supera o da acumulação industrial, um regime específico da propriedade capitalista: a propriedade patrimonial.

Nesse novo regime de apropriação capitalista a palavra “patrimônio designa uma propriedade mobiliária e imobiliária que foi acumulada e dirigida para o ‘rendimento’.¹⁵” Prevalece, portanto, a importância dos mecanismos do capital, da economia financeira e internacionalmente a ideia de um sujeito autônomo global que a tudo e a todos domina e seria capaz de preencher os espaços vazios e alcançar todos os locais. Aqueles porque foram esvaziados e instrumentalizados por funções do capital e acabaram se constituindo pela mera ausência de autonomia humana. E os espaços locais, onde lutando pela sobrevivência “reina” a vida e o vivo, estariam sendo disputados e alcançados pela movimentação mundial que impõem a (des)ordem capitalista e a transformação da cidade. Seria esta disputa e acirramento do controle revelador de um novo espaço e uma nova época? Mas, essa passagem significaria um declínio da vida no espaço urbano já que “as elites são cosmopolistas e as pessoas

¹² Rudiger, 2007, p. 78.

¹³ Borja e Castells, 1997.

¹⁴ Castells, 1999, p. 423.

¹⁵ Chesnais, 2005, p. 48 e 49.

[comuns] são locais” e aquelas tendem a viver simultaneamente nas diversas cidades globais e estas a resistirem nos bairros em que se identificam¹⁶.

Impasses, resistências, dúvidas, mas o certo é que ocorre uma mutação profunda na sociedade contemporânea. “A economia global do capitalismo sofreu uma radical reconfiguração para reagir à crise [...] Os fluxos financeiros tornaram-se os meios primários de articulação da lógica capitalista do poder.¹⁷” Talvez, na cidade essa mudança esteja mais visível e já desde os anos 1970. Mas, as alternativas emergentes ao nível do espaço urbano apesar da gravidade dos problemas ainda permite que se continue falando em crises como uma decadência lenta que se (des)controla de maneira contínua, mas intermitente. A diferença é que no caso de crise estaríamos frente algo que se regenera e noutra não, porque no seu suceder a gravidade dos problemas aumenta e o processo se revela de extinção. Visão forte e pessimista talvez não, até porque não seria otimista se o considerado fosse a microfísica do poder e não a dimensão das estruturas e do regime da propriedade. Ao Estado caberia criar as condições do que for “necessário [para] manter a disciplina no trabalho e promover ‘um clima de negócios’. [...] Disso resultou a ascensão de formas distintivamente neoliberais de imperialismo.¹⁸”

Nesse quadro, a micropolítica da disciplina no domínio da comunicação e informação nos coloca frente a outras forças de controle do espaço tal como a superação do marco das sociedades disciplinares do corpo e de suas técnicas de biopoder. Estas sobre o industrialismo haviam exercido o seu poder de forma institucional e sobre os diferentes grupos da população subordinados ao capital ora estabilizando-os ora estratificando-os por subsunção à produção industrial. Por isso, esse outro nível de análise seria revelador, também, de um novo espaço e de uma nova época ao propor uma substituição fundamental: “o trabalho intelectual, substituindo a preponderância do trabalho manual da economia mecânico-industrial” Conformação que faz de nossos “cérebros... elos de um sistema nervoso que se estende através do mundo todo” e constituindo o que numa discussão de Foucault sobre a sociedade disciplinar foi definida por Deleuze com uma caracterização: “Sociedade de controle é comunicação instantânea e controle contínuo visando potencializar riquezas e inibir resistências difundido a crença na possível inclusão de *todos*.¹⁹”

A sociedade de controle é sensivelmente distinta da disciplinar não só pelos recursos técnicos, mas também porque se reporta com menor importância à relação do capital com o trabalho tanto porque sociologicamente tem menor importância as classes, especialmente o assalariado, como porque economicamente, o trabalho industrial já não é tão relevante para a valorização do valor capitalista. Porém, não se trata aqui de questionar o seu papel de sujeito, nem de pensar substituí-lo, mas de indagar se não há possibilidade de nova organização das lutas, resistência à subsunção e de pensar processos emancipatórios a partir das multiplicidades e das subjetividades que se enfrentam e disputam o controle do espaço. Enfim de pensar a questão do espaço de controle e do controle do espaço e recoloca-la no contexto da avaliação proposta por Harvey (2004) sobre a fase neoliberal capitalista iniciada nos anos 1970 em que indica a

¹⁶ Castells, 1999, p. 440.

¹⁷ Harvey, 2004; p. 150.

¹⁸ Harvey, 2004, p. 150.

¹⁹ Passetti, 2009, p. 27 e 28.

emergência do que chamou de acumulação por espoliação e as dificuldades da dinâmica tradicional da luta de classes contra a exploração do trabalho, marcadamente:

“depois de 1973, os movimentos da classe trabalhadora em todo o mundo foram postos na defensiva. [...] Segue-se pois que as lutas no plano da reprodução expandida (que recebeu tanta ênfase da esquerda tradicional) têm de ser vistas em relação dialética com os combates à acumulação por espoliação, constitui o foco primordial dos movimentos sociais que se abrigam no âmbito dos movimentos antiglobalização e pela globalização alternativa.²⁰”

Esse deslocamento da luta de classe revela que há uma crise entre centro e periferia, uma unidade que como vimos se formou a partir da totalidade historicamente constituída pela relação Metrópole e Colônia. Atualmente, o capitalismo se tornou planetário, tentando a tudo controlar – a produção de corpos no espaço e a própria produção do espaço - no mundo. Na ordem distante, a crise dessas relações revela-se, nesse momento, como decomposição das relações capitalistas e ameaça até mesmo a totalidade que a constituíram. Entendo que foi nesse sentido, que Harvey (2004) propôs distinguir acumulação originária dos primeiros séculos da colonização argumentando que: “parece estranho qualificar de ‘primitivo’ ou ‘original’ um processo em andamento substituirei a seguir esses termos pelo conceito de acumulação por espoliação²¹”. Mas, apresenta ainda uma outra justificativa para essa nova denominação argumentando que para Marx: “a acumulação primitiva que abre caminho à reprodução expandida é bem diferente da acumulação por espoliação, que faz ruir e destrói um caminho já aberto.²²”

Já foi dito que o aldeamento indígena colonial caracterizava o controle do espaço e os espaços de controle na acumulação originária era um momento de constituição de relações capitalistas como momento inicial da colonização. Nesse item se destacou a afirmação contrária de que no momento atual, em face do predomínio da acumulação por espoliação na “Aldeia Global” a caracterização dominante é a de destruição das relações capitalistas. Assim, do ponto de vista do controle do espaço e das pessoas temos uma transição que se pode caracterizar pela passagem do controle de corpos no trabalho em espaços fechados para o controle de cérebros conectados por redes de informação em espaços abertos.

Do aldeamento colonial à Aldeia Global: desdobramentos

Essa discussão buscou contrapor o momento inicial da fundação da Vila (um espaço controlado) pela Metrópole Portuguesa, como o início de uma colonização, e o contexto atual, em que São Paulo se consolida como uma metrópole fragmentada (um espaço de controle), que em sua expansão globalizada expressa a dissolução do urbano e as perspectivas da civilização em crise.

Observou-se nessa metamorfose que de início o controle do espaço expressava a imposição da metrópole colonial portuguesa na formação do núcleo urbano em São Paulo e com o uso desse espaço controlado pelo mercantilismo se contextualizou na ordem mundial conforme períodos denominados de Colonial, Imperialismo e, atualmente, Global. Assumir a discussão dessa trajetória implicou em considerar que qualquer estratégia de controle do espaço envolve, simultaneamente, questões de tempo,

²⁰ Harvey, 2004, p. 140 e 144.

²¹ Harvey, 2004, p. 121.

²² Harvey, 2004, p. 135.

por isso foram privilegiados dois momentos que revelam o processo de globalização e, que apesar de interregnos, reforça-se na atualidade com a mundialização.

Assim, a contraposição entre a Aldeia Global e os antigos aldeamentos coloniais desenvolvida neste artigo pretendeu sugerir pela oposição entre as denominações e esses momentos como expressão da metamorfose do controle do espaço em um processo pode ser compreendido a partir das diferentes articulações entre o local e o global. Ao nível local considera-se a fase inicial do processo de globalização tendo foco na fundação de São Paulo a construção material de espaços de controle representados na ordem próxima pela Casa de Câmara, Cadeia, pelourinho e os aldeamentos. E enquanto que ao nível da ordem distante e global se configura a colonização como controle do espaço em sua fase inicial. E, atualmente, considerando mundialização, como a fase atual da globalização, se discutiu a metáfora da aldeia global como um paradigma da articulação local e global com a passagem da disciplina do corpo no trabalho industrial para o de uma sociedade em que no controle do espaço se mesclam diferentes sociabilidades: cara a cara, física e virtual. A disciplina do corpo dos indivíduos em espaços fechados e a disciplina da população em espaços abertos se mesclam na atualidade da sociedade de controle como materialidades e virtualidades de um novo mundo emergente. Frisou-se a emergência de crises como sinais de crise pelo surgimento do novo, mas sem acalentar uma visão otimista se descartou o pessimismo que poderia representar a ideia de decadência por uma sucessão de crises lentas e envelhecidas.

Tendo em vista essas caracterizações a discussão se deslocou do enfoque na contraposição desses momentos do processo de globalização considerados cruciais pela polaridade entre o momento da colonização e o da mundialização atual para o da microfísica do poder. Mas, não sem fazer referência à dificuldade do domínio português tanto na linguagem como arquitetura pois a formação do núcleo urbano se desenvolveu permitindo a persistência rústica das construções com taipa até a cidade dos cafeicultores e da industrialização que a tornou uma das mais importantes metrópoles brasileiras com as construções urbanas mais significativas pelo valor arquitetônico e imobiliário deste hemisfério.

A compreensão dos caminhos desse processo e das diferentes interações do local com o global associa-se a uma percepção da metamorfose das relações sociais de controle dos espaços e das pessoas. Enfatizamos que, atualmente, pela análise desse processo pode-se atribuir uma nova significação ao controle à medida que se compreende e se identifica como as suas formas tradicionais estão sendo superadas pela emergência das redes de informação e controle. Nessas redes as pessoas e os espaços passam a ser controlados tendo em vista a fusão e um novo contexto em que se mesclam diferentes sociabilidades: cara a cara, física e virtual, do corpo dos indivíduos para a da população no mundo material e suas virtualidades.

Assim, esta difusão de redes técnicas e sociais de grande interconetividade favorecida pelas novas tecnologias dos meios computacionais, eletrônicos e de telecomunicação aponta para o que, cada vez mais pesquisadores assinalam, um impacto com mudança radical e global da sociedade. Isso resulta numa grande diferença entre os dois momentos aquele de fundação e formação de uma maneira “civilizada” de viver em cidades e o atual anunciando novas perspectivas da civilização humana por meio de

uma cultura globalizada e impulsionada por sistemas de comunicação e informação, que criam o paradoxo de um planeta mais urbanizado e sem cidades. Simultaneamente, temos menos cidades pois sua destruição e descaracterização ocorre inclusive devido à enormidade da concentração das aglomerações, cada vez mais, centralizadas, fragmentadas e controladas, pelo domínio de uma nova economia.

“La generación y procesamiento estratégico de información se han convertido en la nueva economía (Dosi et alia, 1988). Lo cual tiene extraordinarias consecuencias para las políticas de desarrollo económico territorial que deben basarse, de ahora en adelante, en políticas de comunicación, informacionalización y capital humano.”²³”

Uma concentração que se deve à mundialização no processo de globalização capitalista e a intensificação das conexões da rede de cérebros, que tornaram dominante a economia da informação. Daí a atualidade do debate sobre situação do controle dos espaços e das pessoas em vista das mudanças nas condições urbanas, que embora obscurecendo o declínio revela a cidade informacional emergente.

Nesse debate Novy (2002), que pesquisou sobre a trajetória das relações de espaço e poder em São Paulo (BR), demonstra pouca ilusão sobre mudanças ao dizer que entendia que na periferia “o país era cenário de transformações, de possibilidades e de mudanças”, mas que essas expectativas foram sistematicamente destruídas. Considera que “a história mostra por meio das suas numerosas tentativas fracassadas de transformar duradoramente a desordem, que essa estrutura da periferia representa uma des-ordem com hífen. Ela é de natureza estrutural.”²⁴”

Assim, concluiu o pesquisador que a “des-ordem da periferia” dificilmente será superada mesmo que no curto prazo acredite na emergência de sujeitos de transformação entre a população marginalizada da nova economia. Entende que “[p]ara que as mudanças ocorram, são necessárias as margens da sociedade, sejam elas favelas, comunidades indígenas ou grupos *hip hop*” e identifica nessa população os caminhos e os “espaços para transformar a sociedade.”²⁵”

A nossa conclusão é menos potente, pois leva em consideração que a mundialização do capital e as implicações dos sistemas de comunicação e informação globalizados tem subsumido o local no global, tem alterado a importância e o significado do controle do espaço e das pessoas em sua forma tradicional. E, assim, o poderoso impulso das tecnologias, como a internet, releva que a interação humana padece de crise profunda pois a sociabilidade está sendo baseada cada vez mais em redes e fluxos de comunicações eletrônicas revelando que as novas condições cria poder para invadir a todas pessoas em todos os espaços e controla até mesmo as “margens da sociedade”.

Bibliografia

ANSELMO, Alfredo. *Índio, Questão de Majestade. A problemática indígena e contradição agrária urbana na ocupação produtiva do Planalto Paulista no século XVIII*. São Paulo: FFLCH/Geografia/USP, 2004.

²³ Borja y Castells, 1997, p. 25.

²⁴ Novy, 2002, p. 20 e 21.

²⁵ Novy, 2002, p. 369.

- BETHEL, Leslie (org.) *História da América Latina Colonial I*. São Paulo: Edusp, 1997
- BORJA, Jordi e CASTELLS, Manuel (orgs.). *Local y Global. La gestion de las ciudades em la era de la información*. Madrid: Taurus, 1997.
- CHESNAIS, François. *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.
- HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Ed Loyola, 2004.
- HARVEY, David. *Novo imperialismo*. São Paulo: Ed Loyola, 2004.
- HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- KOWARICK, Lúcio. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- IANNI, Otavio. *Teorias da Globalização*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1997.
- LAZZARATO, Mauricio. *Políticas del acontecimiento*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2006.
- LEFEBVRE, Henri. *La survie du capitalisme. La reproduction des rapports de production*. Paris: Anthropos, 1973.
- LEFEBVRE, Henri. *Le retour de la dialectique*. Paris: Messidor, 1986.
- LEFEBVRE, Henri. *Revolução Urbana*. São Paulo: Humanitas, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. *Une pensée devenue monde*. Paris: Fayard, 1980.
- MASSEY, Doreen. La conceptualización del espacio y la cuestión de la política en un mundo globalizado.” In Silva, Lima & Elias. *Panorama da geografia brasileira*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 11 – 22.
- MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1975
- NOVY, Andréas. *A des-ordem da periferia: 500 anos de espaço e poder no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- PASSETTI Edson. Sociedade de controle e política.in TRIVINHO, Eugenio (org.) *Flagelos e horizontes do mundo em rede: politica, estética e pensamento à sombra do pós-humano..* Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 27-46.
- PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. *Espaço, Técnica e Construção*. São Paulo: Nobel, 1988.
- PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos Paulistas*. São Paulo: Edusp, 1995.

RIFKIN, Jeremy. *A era do acesso*. São Paulo: Makron Books, 2001.

Rudiger, Francisco. *Introdução às teorias da cibercultura*. Porto Alegre: Sulina, 2007.

SANTOS, Milton. *A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países desenvolvidos*. Petrópolis: Vozes, 1980.

SANTOS, Milton. *Metrópole corporativa fragmentada. O caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1990.

WILHEIM, Jorge. *São Paulo, uma interpretação*. São Paulo: SENAC, 2011.